

A PERCEPÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL PELAS LENTES DE FAMÍLIAS NEGRAS E BRANCAS EM CUIABÁ – MT

GOMES, Márcia Regina Luiz* – UFMT – marcia_reginagomes@yahoo.com.br

GT-21: Afro-Brasileiros e Educação

Este trabalho aborda as relações raciais no ambiente escolar do Ensino Fundamental de duas escolas municipais de Cuiabá-MT, com enfoque nas percepções de famílias negras e brancas acerca da questão da discriminação racial que permeia esse espaço.

As motivações para o desenvolvimento da pesquisa receberam influência inicialmente da vivência familiar, da pesquisadora, além da experiência como professora nas séries iniciais da rede pública municipal de Cuiabá, durante a qual em vários momentos pôde observar certo silenciamento da escola em relação ao tema ora proposto.

Por várias vezes notou-se que os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, ativos em excesso, partilhavam de características comuns, serem negros e apontados como os “piores” elementos da escola, nos momentos das reuniões pedagógicas, dos conselhos de classe, das reuniões de pais e mestres etc. Seria justo, portanto, que eles recebessem tratamento diferenciado, que os ajudassem a sanar “suas dificuldades”, porém no cotidiano escolar isso não acontecia.

Como professora da rede municipal, a pesquisadora observou que esses alunos normalmente estavam sentados nas últimas carteiras das salas de aula, pois ali, conforme diziam as professoras, podiam ficar à vontade para “bagunçarem”, sem incomodar os demais. Seus cadernos nunca eram corrigidos, palavras de estímulos nunca lhes eram dirigidas. Eles realmente tinham um tratamento “diferenciado”¹.

Percebemos que, como professores, somos frutos de uma sociedade racista e preconceituosa. Nesse sentido, idealizou-se esta investigação com vistas a encontrar algumas respostas para certas inquietações, amadurecidas por ocasião da participação no curso “Trabalhando as diferenças na educação básica”, Lei 10.639/2003, ministrado no município de Cuiabá.

Durante esse processo tomou-se conhecimento de vasta publicação sobre o assunto, fortalecendo dessa forma o desejo de busca pelas repostas perseguidas.

* Grupo de pesquisa NEPRE- Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação-UFMT.

¹ Diferenciado no sentido de deixá-los fora do processo de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, ignorando-os e estigmatizando-os.

Vários estudos, tais como Cavalleiro (2003), Santos (2005), Alexandre (2006), Pinho (2004), entre outros, apontam que a escola, tal qual a sociedade brasileira, é impregnada de racismo, estabelecendo-se como espaço de disseminação da discriminação contra a população negra de nosso país. Diante dessa constatação, pretendeu-se aqui dar voz a uma parte envolvida na questão e que nunca é ouvida de fato: a família.

Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar como reagem as famílias de alunos negras e brancas diante das discriminações raciais praticadas por professores e colegas em ambiente escolar do município de Cuiabá-MT. Estabeleceram-se como objetivos específicos compreender a percepção das famílias sobre o tratamento discriminatórios a que seus filhos são submetidos e de que forma elas reagem diante de tal fato.

Portanto, não se tem a intenção de identificar posições certas ou erradas acerca do tema, mas diagnosticar as percepções das famílias em relação às experiências pelas quais seus filhos vêm passando no espaço escolar, no tocante às discriminações raciais.

Os sujeitos da pesquisa são 16 (dezesesseis) famílias de alunos de 1ª e 4ª séries de duas escolas da rede municipal, uma delas situada em um bairro da periferia da cidade e a outra, em um bairro central.

Sobre a questão, Silva (2002, p.17) inicialmente defende que “A exclusão escolar de crianças na idade própria, configura uma forma perversa de exclusão social, pois, nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro”.

Nesse sentido, lança-se o desafio de conhecer como as famílias lidam com a discriminação sofrida pelos filhos no meio escolar, para que se possam ampliar os conhecimentos sobre o processo de escolarização a partir do ponto de vista da família, por comum desconsiderada pela sociedade. Para Santos (2005, p. 14), a discriminação racial:

Reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Muito embora ela não seja meramente reprodutora de tais relações, acaba por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade.

Envolver a família na educação escolar dos filhos pode significar que a escola precise conhecer melhor os pais dos alunos e com eles realizar um trabalho conjunto, para que, com isso, se crie, entre outras coisas, uma atmosfera fortalecedora

do desenvolvimento e da aprendizagem da criança nesses dois principais ambientes socializadores, com vistas à superação das desigualdades raciais.

A família é considerada pela instituição escolar um agente mediador entre esta e a criança e representa, na acepção da escola, a principal responsável pela aprendizagem dos alunos, de modo que a ela se delegam todas as culpas pelos possíveis fracassos que venham ocorrer nesse sentido.

Os estudos sobre as percepções das famílias quanto à discriminação racial praticada no interior da escola ainda são poucos, sendo urgente que pesquisas nesse campo aconteçam e os conhecimentos daí decorrentes viabilizem que sejam tomadas as providências cabíveis ao atendimento dos alunos segundo suas especificidades.

Conforme Paixão (2005):

Não são muitos, ainda, os estudos que buscam entender a escolarização do ponto de vista das famílias. Entretanto, a prática pedagógica supõe a adesão a certos valores, comportamentos e ethos que podem ou não constituir o universo de todas as famílias. Bourdieu mostrou, já nos anos de 1960, que a possibilidade de o indivíduo seguir uma trajetória escolar regular e longa depende de pré-requisitos que não compõem o universo cultural de camadas sociais não dominantes. Ele forneceu, assim, visibilidade à lógica pedagógica, cuja prática supõe pré-requisitos sem, necessariamente, promover sua aquisição por aquele que não os trazem (p. 142).

Torna-se, portanto, de suma importância este estudo voltado para as questões raciais na perspectiva das famílias, ampliando a possibilidade de se compreender o quadro das desigualdades raciais que por tanto tempo vem sendo solidificado nas relações sociais e culturais do país, continuando a autora nos diz

Há, por parte dos atores que atuam na escola, um padrão de relações com as famílias considerado 'desejável', que tende a assumir o *ethos* e a ótica de camadas sociais com mais capital social cultural. Com base nele, professores encontram justificativas para explicar, por exemplo, dificuldades escolares de crianças de camadas menos favorecidas. Dissonâncias entre expectativas são lidas como indicadores de que essas famílias 'não valorizam a escolarização dos filhos' (142).

Sabe-se que a relação entre a escola e a família, além dos supostos ideais comuns que as norteiam, baseia-se no modelo de divisão do trabalho educativo desenvolvido com crianças e jovens, acerca do qual uma nutre expectativas em relação à outra, estabelecendo uma atmosfera de reciprocidade. O significado da escolarização varia em razão não só da origem social, mas também de acontecimentos vividos na trajetória de uma classe ou fração de classe, famílias e indivíduos.

Menor escolaridade e maior presença de negros nos segmentos sociais de baixa renda resultam numa combinação desfavorável a essa população: a situação de pobreza de famílias chefiadas por negros, acaba por interferir na vida escolar de seus

membros, que muitas vezes são obrigados a deixar os estudos mais cedo para trabalhar ou tentam a duras penas conciliar ambas as atividades, estudo e trabalho. Essa situação pôde ser constatada pelas entrevistas realizadas com os sujeitos desta investigação, em que a maioria dos pais não pôde concluir sua escolarização por terem adentrado precocemente no mercado de trabalho.

Pesquisa de cunho qualitativa e para a sua realização foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) observação participante; b) questionário com perguntas abertas e fechadas; c) entrevista em profundidade (Gaskell).

Para Becker (1993), a observação participante torna – se um método importante na pesquisa social, porque permite ao pesquisador inserir na vida cotidiana do grupo a ser estudado, possibilitando a observação de seus integrantes, para conhecer as situações normalmente vivenciadas por esses indivíduos e de que forma interpretam esses fatos.

Com vistas a conhecer o perfil socioeconômico, bem como escolher os sujeitos da pesquisa, o primeiro procedimento utilizado foi o questionário com perguntas abertas e fechadas. A aplicação deste teve como objetivo obter um perfil das 16 famílias relativo aos seguintes aspectos: dados pessoais; identificação racial; profissão dos envolvidos; grau de escolaridade, renda etc.

Com este questionário atenderam-se dois objetivos: 1º obter um conhecimento mais abrangente sobre os sujeitos e 2º ser utilizado como estratégia para o momento das entrevistas com as famílias, ou seja, através dele obteve-se uma maior facilidade para o contato com as famílias.

Em seguida foram realizadas entrevistas semi – estruturadas com as famílias envolvidas, seguida da análise dos dados em consonância com os teóricos escolhidos.

As entrevistas captaram o sentido, a interpretação que os sujeitos dão as suas práticas. Assim pode-se perceber tanto o movimento do pensamento como o movimento da práxis.

Para Minayo (1994 p. 57):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Foi utilizado um roteiro de perguntas que serviu como um norteador das questões para que pudéssemos ter em mente todos os pontos que deveriam ser abordados nas entrevistas. A pretensão era que a entrevista tivesse um ar de conversa e que o entrevistado fosse o mais espontâneo possível.

Tentou-se não interromper as falas, exceto quando se necessitava de algum esclarecimento. As entrevistas foram registradas, através do uso de gravadores. Os sujeitos em um primeiro momento se mostravam apreensivos, porém após algumas explicações sobre a necessidade da gravação aceitavam e logo esqueciam a presença deste instrumento.

Com relação aos dados, eram registrados no caderno de campo após cada observação, tendo a pesquisadora o cuidado de anotar na escola e durante as entrevistas somente algumas palavras-chaves, cujo objetivo era registrar todos os fatos acontecidos e em seguida registrá-los sem omitir nenhum dado importante.

Concluindo, nota-se através das entrevistas que as famílias negras e brancas vêem a questão da discriminação racial de modos diferentes.

Nas falas dos componentes do grupo branco apreende-se a sua negativa em relação à existência da discriminação racial no Brasil, pois crêem que aqui todas as pessoas são iguais.

Prova dessa influência pode ser verificada nos debates sobre a necessidade de se “criar” uma nação de brancos. Na acepção de Guimarães (1999), a teoria do branqueamento foi um ideal perseguido pela elite branca no esforço de construir uma nação de brancos e é a idéia específica para expressar o pensamento racial no Brasil:

A nação brasileira foi imaginada numa conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua. Nesse contexto nacional, o racismo brasileiro só poderia ser heterofóbico, isto é, um racismo que é a negação de toda a diferença, implicando um ideal de homogeneidade (p. 49).

Para demonstrar essa idéia, segue a fala de uma das famílias brancas focalizadas:

Ah, eu acho que não existe esse tipo de coisa, pois nós somos todos iguais. Todos somos filhos de Deus. Eu acho que isso nunca existiu. Isso é invenção de gente que não tem o que fazer. Pretinho ou branquinho, não tem ninguém melhor que ninguém. Somos todos filhos de Deus. Cada um tem a sua beleza (Família 15, branca).

Fica clara nessa reflexão a idéia de que existe democracia racial no país, já que, como se disse não se pratica aqui o preconceito de raça. Quando indagada a

respeito da existência de discriminação racial e da sua percepção sobre a questão, nega-se a admiti-la. Em seu entendimento, reina a igualdade entre as pessoas. Nessa perspectiva, Fazzi (2004) justifica que “A relativização do preconceito racial passa pela idéia de que ‘somos todos iguais’, e essa igualdade é fundamentada religiosamente, na crença de que ‘somos todos filhos de Deus’ ou num argumento mais laico de que ‘somos todos humanos’” (p. 21).

Cavalleiro (2003, p. 134) também critica esse discurso de igualdade perante Deus e outros, dizendo que eles se distanciam da realidade cotidiana das crianças, uma vez que “oferece provas da existência de tratamentos diferenciados pautados na origem étnica”.

Tais autores mostram, então, que o discurso de igualdade mascara o preconceito racial e não contribui em nada para a sua superação.

O mito da democracia racial propagou e consolidou no imaginário social a inexistência do preconceito racial no Brasil, motivo pelo qual se diz, nesse país, que a cor não tem importância nenhuma. No entanto, a realidade é bem outra. A sociedade discrimina, sim, os negros, menospreza sua capacidade intelectual. Também, a idéia de que no âmbito social brasileiro inexistiam barreiras que impeçam as pessoas negras de ascenderem socialmente persiste até os dias atuais. A consequência disso tudo é a forma como o racismo é percebido em nosso país, a respeito do que fala Pereira (apud AIZA, 2003):

[...] é difuso e não explicitado; ora se manifesta de uma forma, ora de outra; quase sempre obedece a um código moral que, decalcado em subterfúgios, procura negar a existência do próprio racismo, embora haja também setores sociais preocupados em desnudar o avesso desse código que insiste em esconder a desigualdade debaixo da diversidade (p. 25).

Segundo Munanga (1999), o mito da democracia racial teve uma penetração profunda na sociedade brasileira, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades, impedindo os membros das comunidades negras de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas: “Encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria” (p. 89).

Outra família, branca, quando indagada sobre sua percepção acerca da discriminação racial, negou categoricamente a existência desta, embora tenha se

contradito em vários momentos do seu relato, deixando patente uma realidade contrária àquela que supostamente acreditava defender.

São dois os filhos, um menino e uma menina, matriculados na 4ª série. Ambos são brancos e loiros, fugindo ao estereótipo comum do brasileiro. Vejamos suas revelações:

A I é mulher. É competitiva. Tem muita competição. Mais segundo a professora, é bom. É um bom comportamento. Natural, na mulher. ‘Competitiva?’ [pesquisadora] Ah, as meninas querem ser como ela [branca, loira com cabelos longos e está constantemente rodeada de garotos e garotas]. ‘Como assim?’ [pesquisadora]. Ah, ter os cabelos como os dela, olhos claros... Nesse sentido. Bobagem de criança. É coisa de criança. Quando eles vão crescendo, vão largando dessas coisas. É mais ou menos nesse sentido. Já o P. é... Digamos que têm aquelas briguinhas, aquelas diferenças de opinião que muitas vezes ele não aceita. ‘Como assim?’ [pesquisadora] Ah, os meninos acham ele metidinho, por ser um pouco diferente. ‘Em relação a quê?’ [pesquisadora] Ah... A cor dele que é branquinho, é como eu já falei, coisa de criança. Competição boba (família 09, branca).

Essa família não percebe que seu relato está impregnado de preconceito e discriminação racial, porém, devido ao mito da democracia racial que perdura no imaginário da sociedade até os dias atuais, não consegue enxergá-la. Os comportamentos em torno dos filhos “branquinhos” tornaram-se naturais, encarados como “bobagem” de crianças, “competição boba”. Diante disso, Conceição (1999) defende

[...] a necessidade impreterível da revisão e da re-discussão em torno da visão eurocêntrica e etnocêntrica, que tem sido a marca inquestionável da historiografia que se discute hoje e que forma a mentalidade do estudante brasileiro do ensino fundamental ao médio. Não podemos continuar subestimando o que a história ensinou e continua ensinando nas nossas escolas e aos nossos alunos, bem como as suas conseqüências ideológicas (p. 95).

Para a criança negra essa situação é vista de forma bem diferente, pois uma das conseqüências da supervalorização da brancura por parte das famílias, dos professores e da sociedade de modo geral é levar as crianças negras a quererem ser brancas também.

O fato de crianças brancas estarem sempre rodeados de outras que não são brancas demonstra que, devido ao ideal do branqueamento, o belo é ser branco, é ter cabelos lisos e loiros. Portanto, para a criança negra é muito difícil aceitar outras características que não se enquadrem nesse padrão, ainda que sejam as suas.

Inventam brincadeiras imaginárias, como cabeleireiras, entre outras somente para manterem contato com essas crianças através do toque do seu cabelo.

Conforme diz Pinho (2004),

Para essas crianças negras a questão da identidade racial e pessoal deve ser uma confusão muito grande, sem contar as conseqüências negativas que levam à baixa auto-estima no desempenho escolar e na sua própria auto-aceitação. Ainda que ela não seja branca, sua referência e seu parâmetro cultural é a europeizada. A cor branca é ‘mais bonita’, os brancos ‘são mais inteligentes’, os brancos ‘são bem aceitos’, os brancos recebem carinho dos professores, enfim, a pessoa negra não consegue ver suas qualidades (p. 127).

Portanto, cabe à sociedade como um todo e principalmente à escola, através da educação, promover os estudantes independentemente de suas características fenóticas e culturais, principalmente os oriundos das populações negras, que são histórica e socialmente colocados em posições sociais de inferioridade, e com essa atitude propiciarem e estimular a aceitação de sua identidade e do outro. Para Todorov (1983), “Se é incontestável que o preconceito da superioridade é um obstáculo na via do conhecimento, é necessário também admitir que o preconceito da igualdade seja um obstáculo ainda maior, pois consiste em identificar, pura e simplesmente, o outro a seu próprio ‘ideal do eu’” (p. 162).

Ao desconsiderar as pessoas, seus fenótipos, sua cultura, a sociedade não reconhece as diferenças que existem entre o eu e o outro, perdendo a chance de dialogar com o diferente. Dessa forma, a escola acaba não falando diretamente ao outro, portanto, acaba por inferiorizá-lo diante dos demais, como é o caso da população negra. “Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual se originou um complexo de inferioridade, devido ao extermínio da originalidade da cultura local, tem como parâmetro a linguagem da nação civilizadora, ou seja, a cultura da metrópole” (FANON, 1983, p. 18).

Das famílias brancas pesquisadas somente duas falaram claramente da discriminação sofrida por alunos negros no interior da sala de aula:

Olha esses dias no começo do ano, o E. reclamava muito dessa professora dele. Ele falava assim: ‘mãe eu não sei, se é porque a professora é branquinha, ela tem um pouquinho de racismo, pois tem um amiguinho meu que é pretinho, ele vai pegar na mão dela, aí ela tira a mão e fica limpando. Aí ela dá a desculpa que está limpando a mão dela. Mais não é mãe, eu acho que é racismo. Eu acho que essa professora não gosta muito de gente moreninha não. Ela gosta de dar mais atenção para os branquinhos’. Isso chamou a minha atenção. E

ele é assim, quando ele vê alguma coisa errada, me fala. Porque ele gosta de participar de tudo, de chamar a atenção. Ele ficou muito chateado (Família 05, branca).

Com meus filhos nunca. Agora têm umas meninas moreninhas, bem escuras que as crianças implicam muito com a cor e os cabelos delas. Colocam apelidos. Já vi até elas chorando. Eu fico chateada com isso, sabe. Não poderia acontecer. Teve um dia que eu falei para a professora, mais ela não fez nada. Nem ligou. Então eu não falei mais (Família 15, branca).

Para Sousa (1990), a sujeira, assim como a feiúra, constitui-se num dos principais aspectos representativos da falsa imagem que o branco tem do negro, mito que escamoteia o real, produz o ilusório, nega a história e transforma-a em natureza, legitimando desigualdades, hierarquizações e relações de poder. Gonçalves (2006) ilustra muito bem essa questão:

Acreditamos que o medo da professora era de ser ‘contaminada’ pela ‘sujeira imaginária’ que afetava os alunos. Certa vez, a professora chegou para a pesquisadora e pediu que a cheirasse, porque achava que estava fedendo, pois estava ao lado de fulano que ‘estava fedendo’. Muitas vezes, as professoras rasgavam a folha das atividades escolares dos alunos negros, alegando que estavam sujas, e mandava-os fazer novamente a atividade, pois elas queriam um trabalho ‘limpo’ (p. 81).

De acordo com Elias e Scotson (2000), a idéia de contaminação difundida como decorrente dos contatos com membros dos grupos “outsiders” e observada nos grupos “estabelecidos”, refere-se à contaminação pelo amálgama entre a anomia e a sujeira. Por isso os autores ratificam que,

Em quase toda parte, os grupos dos membros estabelecidos e, mais até, os grupos que aspiram fazer parte do establishment, orgulham-se de ser mais limpos no sentido literal e figurado, do que os recém-chegados e, dadas as condições mais precárias de muitos grupos outsiders, é provável que tenham razão com frequência. O sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos outsiders contamina, observado nos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira, misturadas numa coisa só (p. 29).

Contudo, esses estereótipos, nos quais, entre outras coisas, se associam a cor do negro à sujeira, Infelizmente provêm de longas datas, ainda sobrevivendo em pleno século XXI, e culminam com a desintegração do negro da sociedade brasileira, resultando em milhões de indivíduos expostos a situações de risco, sem direito às condições mínimas de higiene, saúde, educação, segurança, entre outros; indivíduos aos quais “restam”, quando muito, empregos mal-remunerados ou “bicos” e trabalhos braçais.

Diante de tal realidade, evidencia-se que no senso comum continua a existir associações entre negro e sujeira, reforçando o pensamento racista tão comum a grande parte dos brasileiros. Essa situação se manifesta na percepção das famílias brancas quanto às discriminações ocorridas no ambiente escolar e para as quais os conflitos e as tensões raciais estão “invisíveis”.

Mais e para as famílias negras: qual é a sua percepção quanto a discriminação racial nos cotidianos escolares, portanto busca-se neste momento compreender, através das lentes das famílias negras, como se dá a saída da criança do aconchego do lar e dos cuidados dos pais para adentrar em um universo maior, que é a escola, onde se vêem ampliadas as possibilidades de socialização, até então restrita ao convívio familiar. Acerca disso, Gomes (2006) inicia afirmando que,

Quanto mais aumentam as vivências da criança negra fora do universo familiar, quanto mais essa criança ou esse adolescente se insere em círculos sociais mais amplos como é o caso da escola, mais se manifesta a tensão vivida pelos negros na relação estabelecida entre a esfera privada (vida familiar) e pública (relações sociais mais amplas) (p. 212).

Quando indagadas, nas entrevistas, se já haviam percebido algum tipo de discriminação relacionada à cor de seus filhos ou de colegas, por parte de professores e de outros colegas, notava-se um desconforto generalizado por parte das famílias brancas e negras. Havia a impressão de que a vontade delas era não responder a tal pergunta, mantendo-se em silêncio. Oliveira (1999) detectou essa mesma situação em um estudo por ela desenvolvido:

Atentando para os comportamentos evidenciados, verifico que, de fato, o aspecto afetivo atinge a totalidade dos sujeitos, porque tratar da questão racial é provocar desconforto generalizado. Constatei que é desprazeroso para afrodescendentes e brancos falar sobre raça, à exceção dos negros de estrato social médio, que, contrariamente, demonstraram o inverso do afetivo majoritariamente constatado, ao declararem a sua cor com certo orgulho e sem tensões (p. 98).

Em um primeiro momento percebia-se claramente que as famílias queriam esconder e camuflar a existência da discriminação:

(Reticente) Sim, já... Não, acho que não. Nunca percebi (Família 01, preta).

[...] olha, discriminação assim não [...] é que os garotos maiores o chamam de Pelé. Ficam só chamando ele de Pelé. E ele não gosta, fica chorando (Família 04, preta).

Sim. Não na escola. Na escola não. Mais assim com a vizinhança. Eu já percebi preconceito por sermos negros, não de todos né? Mais tem

uma certa vizinha, que ela tem aquele ar de superioridade por ser ‘branca’. Ela já até colocou apelido no meu filho, o chamando de... de negrinho, que ele parece um macaco e por aí vai. Comparou-o com o nosso cachorro também [mostrando o cachorro da família que está deitado ao lado e cuja cor é preta]. Só pode ser pela cor! [indignada] (Família 07, preta).

Ah, às vezes os colegas o chama de apelidos. Pretinho, sujeirinha... Mais é coisa de criança... (Família 08, preta).

Intrigou-nos o apelido atribuído ao garoto da família 08, “sujirinha”. O diminutivo provavelmente se justifica pelo fato de ele ser bem franzino, já sujirinha denotava certa discriminação relacionada à cor do menino, uma vez que ele se apresenta de maneira sempre impecável, com roupas limpas, cabelos alinhados, unhas aparadas e higienizadas. Vaidoso, poder-se-ia dizer.

Recorri novamente ao seu pai, indagando-o o porquê do apelido “sujirinha”. E ele respondeu que era “coisa de criança”. Cavalleiro (2003) percebeu que as respostas dos entrevistados brancos e negros também apontavam para a existência de preconceito na sociedade atual:

Os depoimentos dos negros, ao mesmo tempo em que revelam a visão de mundo, os conceitos e as forma predominante de relações sociais de cada um deles, também demonstram que essas experiências são crivadas pelo fator étnico. Em contrapartida, os depoimentos dos brancos pouco revelam acerca da percepção do preconceito e da discriminação em suas vidas (p. 81).

Florestan Fernandes (apud SCHWARCZ, 1993), ao discutir a falácia do mito da democracia racial no Brasil, nota a “existência de uma forma particular de racismo: ‘um preconceito de ter preconceito’. A discriminação permanece apesar de a atitude ser considerada ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem pratica)” (p. 34).

Durante o período de observação nas escolas, verificou-se que a maioria das condutas discriminatórias não ocorreu de forma declarada, e, dada a sua tamanha sutileza, não foi fácil observá-las. Jaccoud e Beghin (2002) oferecem subsídios mais específicos para a compreensão da discriminação racial no Brasil, afirmando que a preocupação em distinguir conceitos muitas vezes tratados como sinônimos é uma forma de precisar a identificação dos fenômenos envolvidos no processo de perpetuação da desigualdade racial no país.

As famílias negras sabem da existência do racismo, porém preferem negá-lo em um primeiro momento, uma vez que isso lhes causa dores profundas – e a seus filhos – e muitas vezes irreversíveis. Optam, portanto, pelo silêncio.

Verificou-se através da pesquisa que a estrutura do cotidiano escolar assenta-se em crenças ideológicas arraigadas no imaginário social. Os resultados apreendidos por meio das análises das declarações feitas pelas famílias focalizadas revelaram que a conduta dos colegas dos filhos baseia-se em estereótipos negativos com relação aos negros, portanto, no preconceito racial.

Importante se faz salientar que, apesar da existência da Lei 10.639/03, as relações sociais no ambiente da escola continuam carregadas de ideologias racistas contra as crianças negras, sobretudo no Ensino Fundamental, quando os pequenos na maioria das vezes ainda não sabem se defender dos agravos a que são expostos. E é incontestável a maneira naturalizada com que isso se dá, sabendo-se que a naturalização do preconceito racial alimenta relações de poder desiguais entre alunos negros e brancos.

Nessa perspectiva, através das falas dos membros das famílias, as situações de discriminação observadas vieram carregadas de simbolismos e insinuações racistas, em que a cor da pele e os cabelos dos alunos negros são referidos de forma estereotipada e utilizados como instrumento para inculcar a inferiorização.

As famílias negras percebem a discriminação racial praticada contra seus filhos no ambiente escolar e sofrem com isso, porém preferem silenciar-se a denunciar o fato e cobrar providências da instituição/professores, já que, segundo elas próprias, mesmo quando cobram, não são ouvidas e há até um descaso em relação ao acontecimento.

Outros se calam com medo de represália contra os filhos, que é a parte mais frágil nesse contexto e podem ser marcados pelos professores, sofrendo injustas conseqüências.

Já as famílias brancas recusam-se a admitir a existência do problema no espaço escolar. Recorrem ao mito da democracia racial para justificar que somos todos iguais e que em nossa sociedade, e por extensão na escola, não há preconceito e discriminação racial.

Contudo, nessas famílias não se percebeu rejeição às atitudes discriminatórias, às quais comumente se referiram como atos de “brincadeira”, “coisa de criança”. Porém, em vários momentos ficou claro que elas magoam e ferem profundamente a alma e a auto-estima das famílias e filhos alvejados.

Realmente, o tratamento hierárquico da raça passa a ser vivenciado culturalmente no cotidiano das interações entre negros e brancos e faz com que os

indivíduos deste segundo segmento, mesmo que provenham igualmente de camadas populares, usufruam um ambiente escolar mais favorável e menos difícil para o seu sucesso.

Para os negros, é mais difícil o dia-a-dia na escola, um espaço marcado por preconceitos e discriminação racial. Eles se vêem obrigados a viver sob o jugo das idéias de inferioridade a respeito de seu pertencimento racial, que perduram no espaço e tempo das relações ali estabelecidas.

Vale ressaltar que as famílias, principalmente as negras, ficam indignadas com o silenciamento e o descaso do professor/escola diante dos comportamentos discriminatórios, pois que estes agentes acabam, ainda que de forma velada, autorizando-os e, concomitantemente, alimentando sua manutenção e continuidade. Nesses casos, segundo Cunha Júnior. (1987):

[...] ruíram-se as principais bases de confiança e apoio da criança. Estas bases, para a criança em idades escolar estão normalmente na professora e nos pais: neste caso ambos participaram da agressão, quer produzindo o fato, quer se omitindo ou demonstrando não saber como agir (p. 53).

Foi apontado também nas falas dos familiares que a escola/professores, quando não sabem lidar com determinada situação ou comportamento apresentado pelos alunos, sempre acaba por responsabilizá-los ou aos pais.

Nesse momento, solicitam às famílias que encaminhem os filhos ao psicólogo ou a outro especialista para que sejam avaliados, atitude julgada pelos pais como um fator de discriminação. A escola/professores, procurando justificar tal atitude, alegam que a criança é lenta ou agitada, porém não perguntam para as famílias sobre o comportamento dela no ambiente familiar.

Alguns pais tentam dialogar, explicar, porém não são ouvidos. Diante disso, analisam que a escola/professores os concebe como completos ignorantes, em função do que percebem que não podem intervir nas decisões da instituição escolar em defesa dos filhos. Apesar disso, entendem que ninguém conhece melhor suas crianças do que eles próprios, que as acolhem e as integram desde o nascimento.

Os professores/escola devem ter claro que é sua função atender e cuidar dos alunos independentemente de sua procedência social, devendo também buscar mecanismos e subterfúgios para tentar compreender as atitudes dos estudantes, dessa forma valorizando sua auto-estima e identidade.

As famílias e as crianças negras sofrem discriminação tanto por parte de professores como de colegas, que acabam naturalizando essas práticas.

Este trabalho não tem pretensões conclusivas e sim questionadoras. Por que os professores/escolas não conseguem fazer uma análise crítica da situação familiar dos alunos? Por que, ao invés de solucionar, tentam jogar a culpa, muitas vezes da própria escola/professor, nas famílias e crianças? Por que não percebem os processos discriminatórios que ocorrem no espaço escolar contra as crianças negras e suas famílias? Por que não valorizam o potencial cognitivo e a auto-estima desses alunos, valorizando a cultura e a identidade negra? Por que as escolas/professores não têm um projeto educacional que abarque a todos de fato, sem exclusões ou segregações?

Outro ponto preocupante é que a família branca traz a democracia racial arraigada em seu imaginário, não conseguindo perceber a discriminação racial mesmo quando a pratica. Sendo urgente que se faça ampla pesquisa e discussão desse aspecto.

Ademais, gostaríamos de externar o quanto consideramos relevante o tema aqui desenvolvido, principalmente pelo fato de termos desvendado as percepções das famílias a respeito da discriminação escolar, ou seja, o foco da pesquisa desta vez foi à família e não somente a escola, como usualmente acontece.

Entendemos que para a educação cumprir efetivamente o papel que lhe cabe na formação plena do cidadão, essas duas instâncias – família e escola – têm que caminharem juntas, de modo que cada qual pratique a liberdade de forma realmente democrática, sem que lhes sejam designadas hierarquizações por parte da escola, ou seja, uma completando a outra.

Registramos, também, que talvez a escola/professor por si só não consiga perceber a extensão das conseqüências de suas condutas, carecendo de apoio, seja através de cursos de formação continuada, de acompanhamento pedagógico, seja através de mais tempo para planejamento e estudo.

É urgente investir em práticas pedagógicas que ofereçam melhor perspectiva de vida para os alunos e suas famílias.

Em suma, no bojo de toda a problemática das relações raciais, tanto os alunos, as famílias e os próprios professores parecem ser vítimas de uma estrutura social que ao longo da história massificou a diversidade humana e cultural, inculcando no imaginário social uma supervalorização da cultura branca em detrimento de todas as outras.

Porém está mais do que na hora de revertermos essa situação, abrindo espaços de discussões e reflexões nos quais se reconheçam as diversas culturas, que, passando a desfrutar o mesmo grau de valorização e importância, comunguem juntas,

através de um trabalho sistemático de informações e de preparo para uma solução, ou pelo menos de enfrentamento das manifestações de discriminação racial um só ideal: a realização plena do ser humano.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOWICZ, Anete. Quem são as crianças multirrepetentes. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (Org.). Para além do fracasso escolar. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

AIZA, Maria Aparecida de Souza. Desvelando a exclusão de jovens negros: o ponto de vista dos excluídos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. Relações raciais: o explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.

BAUER, Martins W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2003.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. Rompendo com o silêncio da história sobre o negro na escola. Os negros e a escola brasileira – Núcleo de Estudos Negros (NEN), Florianópolis, n. 6, 1999.

CUNHA, Henrique. A indecisão dos pais face a percepção da discriminação racial na escola pela criança. Cadernos de Pesquisas Carlos Chagas, São Paulo, 1987.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders - sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FAZZI, Rita de Cássia. O Drama Racial de Crianças Brasileiras: Socialização entre Pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. Explicação das normas da ABNT. Porto Alegre, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. Tia, Qual é o Meu Desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. Cuiabá: UFMT, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e ANTI-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Iolanda de. Desigualdades raciais: construção da infância e da juventude, Niterói: Intertexto, 1999.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 124, v. 35, jan./abr. 2005.

PEREIRA, JOÃO Batista Borges. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1998.

PINHO, Vilma Aparecida de. Relações raciais no cotidiano escolar: Percepções de professores de Educação Física sobre alunos negros. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2004.

SANTOS, Ângela Maria dos. Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres-MT. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1880-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TODOROV, T. A conquista da América: a questão do outro. Tradução de B. P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

